



Jornal FNE Edição 132 – Maio/13

Nesta edição, Engenheiro traz um balanço das obras nas arenas que abrigarão os jogos da Copa das Confederações, que se realiza no Brasil entre 15 e 30 de junho. O evento, considerado um teste para o mundial de 2014, dará uma mostra de como o País se sairá ao sediar uma das maiores competições esportivas do mundo. O tema está na pauta da FNE, que vem debatendo não só a qualidade dos projetos voltados aos preparativos da Copa, mas também o legado que esses devem deixar à população.

Tal discussão acontece no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que também se debruça atualmente sobre os entraves à expansão econômica. Com esse objetivo, aconteceu em São Paulo, em 16 de abril, uma reunião com dirigentes, consultores e especialistas. Estudos e três grandes eventos precederão a formatação de um documento a ser entregue aos candidatos a governadores e presidente em 2014 com propostas ao País.

Em pauta ainda, a mobilização contra resolução da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que permite às distribuidoras executarem serviços acessórios de engenharia, avançando sobre o mercado de trabalho dos profissionais, e também a inclusão de cobranças diversas na conta de luz.

Ainda, o advogado trabalhista José Carlos Arouca fala sobre os 70 anos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que segue sendo importante instrumento de defesa de direitos. Em C&T, a organização do Fórum Mundial da Ciência, que acontecerá em novembro no Brasil, saindo pela primeira vez do continente europeu. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Muito ouço, principalmente dos governos, tanto municipais, estaduais ou federal, sobre a criação crescente de novos encargos e aumento das despesas. Ocorre que quase que ilimitadamente esses são debitados à iniciativa privada na forma de impostos. Isso porque muitas vezes geram aumento de custos, nem sempre repassados ao consumidor em razão da concorrência de mercado. Assim, quem paga a conta ao final são as empresas privadas.

A verdade é que a grande razão desses aumentos de encargos geralmente são interesses meramente político-partidários, em geral com o objetivo de gerar empregos aos cabos eleitorais, cujo compromisso é exclusivamente com eleições e com a permanência no poder de quem lá já está. Também deve ser levado em conta o aumento do custeio do Estado com outros poderes públicos que não a administração direta e que servem justamente para fiscalizar o Executivo. Ocorre que essas mesmas administrações a cada dia aumentam seus espaços físicos através de construções portentosas, luxuosas, verdadeiras obras faraônicas, acima da necessidade do poder público e, é claro, sempre pagas com dinheiro do contribuinte. Para completar, tudo acontece sem fiscalização, sem prestação de contas aos órgãos específicos para tal.

Enquanto isso, a população brasileira sofre com a falta de hospitais, postos de saúde, profissionais da área médica em quantidade suficiente, escolas com qualidade para receber seus filhos, segurança pública, moradia e tantos outros princípios básicos previstos pela Constituição que não são cumpridos.

A recuperação da economia seria um grande trunfo dos engenheiros, principalmente por possibilitar o aquecimento da construção civil e de tantas outras áreas que envolvem a nossa profissão, resultando no crescimento do País. Mas de que adianta qualquer aceno de melhores dias quando o próprio poder público não age de forma efetiva para promover o crescimento de forma sustentável e criando oportunidades de trabalho dignas para todos, com fiscalização estrita, com responsabilidade e preocupação com as gerações futuras?

Ninguém ignora ser injusto que a iniciativa privada (e por consequência, os trabalhadores) arque com o ônus de interesses públicos. Não estaria na hora de o governo reduzir tributos? O que está é na hora de os sindicatos, principalmente os de categorias diferenciadas, pronunciarem-se publicamente sobre isso. Temos independência e liderança para propor uma discussão de alto nível e relevância e certamente esse é, também, nosso papel perante a sociedade.

José Carlos Rauen – Presidente do Senge Santa Catarina

ENERGIA

Profissionais de vários estados brasileiros podem ver o seu mercado de trabalho vilipendiado caso entre em vigor regulação de serviços acessórios de engenharia proposta pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Essa beneficiaria as 103 empresas de distribuição de energia que atuam no Brasil, aponta a presidente do Senge-CE, Thereza Neumann Santos de Freitas. A polêmica gira em torno de minuta de resolução elaborada a partir de audiência pública, de número 047, aberta em 28 de junho e fechada em 25 de setembro de 2012. Se aprovada, ela permitirá às concessionárias oferecerem reforma elétrica de imóveis, elaboração de projetos de construção com uso eficiente da energia e incluir cobranças na conta de luz relacionadas à venda de outros produtos, como seguros, planos de saúde, assinatura de jornais e revistas e até doações.

O assunto mobiliza a FNE e seus 18 sindicatos filiados, e também a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), que participaram de todas as audiências públicas realizadas pela agência reguladora no ano passado, em várias capitais do País. “As concessionárias detêm o cadastro e dados das redes elétricas, informações privilegiadas dos seus consumidores, ou seja, quase toda a população brasileira”, reclama Freitas. Ela observa que todo esse arsenal não está disponível aos profissionais e empresas que atuam na engenharia nacional. “Isso caracteriza monopólio e eminência de concorrência desleal”, sentencia. Tal situação, prevê, criará um desequilíbrio nas relações de mercado, favorável aos que detêm maior poder econômico, pois as concessionárias já dispõem de um contrato de concessão pública que, além da distribuição, têm a prerrogativa de elaborar normas técnicas, analisar projetos, inspecionar instalações, realizar ligações elétricas dos consumidores (residenciais, comerciais e industriais), implantar e manter rede de iluminação pública.

A dirigente sindical também contesta os argumentos do superintendente de Regulação dos Serviços Comerciais da Aneel, Marcos Bragatto, que acena com consulta feita à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, para a qual não se configura concorrência desleal ou privilegiada. “A proposta da agência trará prejuízos para os profissionais da nossa área, porque perderão seus empregos, passando a fazer parte de uma nova classe social, a da baixa renda da área tecnológica, pois se tornarão subempregados das concessionárias de energia ou de suas empresas terceirizadas”, dispara Freitas, que também está na diretoria da FNE e na coordenação do “Movimento de mobilização da engenharia nacional contra a resolução da Aneel”.

Desrespeito ao consumidor

Em setembro passado, foi encaminhado à direção do órgão um documento minucioso explicando como a nova proposta, além de afetar a categoria, está em desacordo com a essência do setor. Esse destaca “a evidente mercantilização de um serviço público e essencial, que é o fornecimento de energia elétrica”. Carlos Augusto Ramos Kirchner, representante da

FNE na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica, ressalta que as cobranças adicionais na fatura são um mecanismo perigoso. “Essa prática transforma a prestação de um serviço público numa atividade econômica qualquer, com claro prejuízo para a população.”

Para Flávia Lefèvre Guimarães, da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), que também integra a frente juntamente com Fundação Procon de São Paulo e Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), critica a postura da Aneel. Para ela, a agência “tem marcado sua atuação por garantir constantes vantagens para as empresas, desequilibrando os contratos de distribuição em desfavor dos consumidores”. Kirchner lembra que foram apresentadas, nas audiências, várias contribuições por parte dos engenheiros e da frente, “mas elas não foram incorporadas à minuta”. Segundo ele, sequer inclusão de códigos de barra diferenciados foi adotada.

O objetivo da sugestão era permitir que o consumidor, quando discordasse de outras cobranças, pudesse manter-se adimplente em relação ao fornecimento de energia elétrica, pois a falta de pagamento pode levar ao corte do serviço. “A frente enviou ofícios à Procuradoria Geral da República, ao TCU (Tribunal de Contas da União) e à Câmara Federal, informando sobre os riscos que a edição da resolução poderá trazer para os consumidores e esperamos que esses órgãos atuem no sentido de fazer a Aneel retroceder ou, pelo menos, impor às distribuidoras os códigos de barras distintos”, informa a advogada.

Bragatto, da Aneel, também refuta problemas nesse aspecto da resolução, apostando num atendimento ao cliente de primeira linha. “Toda cobrança será autorizada previamente pelo consumidor, que poderá cancelar o serviço a qualquer momento, bastando ligar para o call center da distribuidora e solicitar uma nova fatura sem aquele valor”, argumenta.

A minuta de resolução passará por uma reunião técnica interna da Aneel, com data prevista para o dia 8 de maio, em Brasília, para nivelamento e conclusões finais, segundo o diretor. Feito isso, a matéria será discutida e votada em reunião pública ordinária, ainda sem data definida.

Por Rosângela Ribeiro Gil

CRESCER BRASIL

Preparando-se para sediar a principal competição mundial de futebol no próximo ano, o Brasil terá seu primeiro teste de fogo entre 15 e 30 de junho próximo. No período, o País sediará a nona edição da Copa das Confederações da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado). Seis das 12 arenas multiuso reformadas ou em construção para a Copa 2014 vão receber partidas na oportunidade: Mineirão, em Belo Horizonte/MG; Itaipava Arena Fonte Nova, em Salvador/BA; Arena Castelão, em Fortaleza/CE; Maracanã, no Rio de Janeiro/RJ;

Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata/PE; e Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, em Brasília/DF. Todas foram realizadas mediante PPPs (parcerias público-privadas). Em comum, o uso de novos materiais, tecnologias e automação, a preocupação com a sustentabilidade, por exemplo com sistemas de reúso de água e coletores solares, eliminação total de pontos cegos no campo, estádio coberto com garantia de conforto termoacústico, entre outros aspectos. Três já foram entregues. Confira informações sobre cada um.

Estádio Nacional Mané Garrincha

A arena que receberá o jogo de abertura da Copa das Confederações, no dia 15 de junho, entre Brasil e Japão, será inaugurada em 18 de maio. A data prevista era de entrega no aniversário de Brasília – 21 de abril –, mas foi adiada. A alteração, segundo informações da assessoria de imprensa, foi feita pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, “ao tomar conhecimento de que haveria risco ao campo se a grama fosse instalada na semana anterior ao dia 21”. O Executivo teria sido informado por técnicos de que “a mudança da grama de Sergipe, onde foi cultivada em clima seco e quente, para Brasília, onde chovia ininterruptamente havia 14 dias seguidos (desde 2 de abril), poderia causar um dano irreversível ao campo, com a proliferação de fungos”. Não obstante, garante, não há risco de atrasos: 96% da obra, iniciada em julho de 2010, já foi concluída. Apesar de o Comitê Organizador Local da Fifa ter determinado que os nomes seriam padronizados para a venda de ingressos, será mantida a homenagem ao jogador brasileiro Mané Garrincha, que emprestará o nome oficial ao estádio. A cantora Elza Soares, companheira do craque por 17 anos, entoará o Hino Nacional antes do jogo do Campeonato Brasiliense que marcará a inauguração. A arena terá capacidade para 71 mil pessoas e custará aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Arena Pernambuco

Na noite de 22 de maio será a vez de a Arena Pernambuco abrir seus portões, durante um amistoso entre times estaduais. O objetivo, segundo a assessoria de imprensa, será “testar a capacidade dos equipamentos”, inclusive o sistema de iluminação. Nesse jogo, o público máximo permitido será de 30 mil pessoas, embora o estádio esteja programado para receber 46 mil. O investimento estimado era de R\$ 532 milhões, “mas essa quantia será atualizada, já que o equipamento será entregue com oito meses de antecedência em relação ao prazo final (dezembro de 2013), o que demanda aumento no custo”. O projeto prevê, entre outros pontos, tratamento sustentável de resíduos sólidos. Outra inovação apontada é na fachada, revestida com lâmpadas LED, o que permitirá que mude de cor.

Maracanã

O andamento da obra que enfrenta uma série de protestos, seja pelas desapropriações, seja por suspeita de irregularidades, pôde ser verificado em “jogo-teste” no dia 27 de abril, com a

presença da presidente Dilma Rousseff, tendo como público convidado os operários da obra. Com investimento de

R\$ 859 milhões, o estádio terá 78.639 lugares, mas foi aberto com 30% de sua capacidade nessa etapa. Até o fechamento desta edição, não foram enviadas informações oficiais sobre a reforma do estádio que receberá três partidas da Copa das Confederações, incluindo a final. Segundo divulgado pela mídia, a inauguração está prevista para

dia 2 daquele mês. Como consta do site da Odebrecht Infraestrutura, responsável pela obra iniciada em 13 de agosto de 2010, todos os assentos serão retráteis e numerados, “com as primeiras filas da arquibancada inferior a apenas 14 metros do gramado”. Instalação de luminárias LED e modernização da parte hidráulica estão programadas.

Itaipava Arena Fonte Nova

Inaugurado em 7 de abril, o estádio ainda sofrerá adequações para a Copa 2014, como colocação de assentos e estruturas temporárias. Custou R\$ 591,7 milhões e tem capacidade de 50 mil lugares. Entre as inovações divulgadas no site da arena, diminuição da distância dos assentos ao campo, iluminação cenográfica programável, utilização de materiais que garantem maior durabilidade, resistência e qualidade. Foram solicitadas informações complementares à assessoria de imprensa, mas até o fechamento desta edição, não haviam sido enviadas.

Mineirão

Inaugurado em 21 de dezembro de 2012, o estádio apresentou problemas no primeiro jogo após a reforma. Entre eles, falta d'água e bares fechados, além de filas nas catracas e dificuldades de acesso. A empresa gestora foi multada pelo Governo do Estado em R\$ 1 milhão e instada a corrigi-los, o que ou já foi sanado ou vem sendo, segundo informação oficial. Afora isso, a arena está pronta, faltando apenas a colocação de estruturas temporárias para a Copa 2014. A fachada foi mantida, por se tratar de patrimônio histórico tombado, mas todo o interior sofreu adequações. Entre elas, garantia de assentos a todo o público, o que reduziu a capacidade do estádio de 120 mil para 62.160 pessoas. E ainda o rebaixamento do gramado em 3,5 metros. O investimento foi de R\$ 665 milhões.

Arena Castelão

Embora tenha sido inaugurado em 16 de dezembro de 2012, com a presença da presidente Dilma Rousseff e show do cantor Fagner, o estádio será entregue para uso da Fifa em 29 de maio. “A entidade pode, então, aplicar modificações, se for de seu interesse”, explica a assessoria de imprensa. Entre os problemas divulgados na mídia quando da abertura da arena ao público, falta de sinalização adequada. A resposta oficial é de que internamente essa dificuldade está sanada, com “placas e adesivos bilíngues, que ajudam na orientação dos torcedores que visitam o local”. A obra física custou cerca de R\$ 486 milhões. A arena tem

capacidade de 64 mil pessoas. Grande novidade é a fachada com estrutura chamada “pele de vidro”, que reflete os raios solares, amenizando o calor.

CRESCER BRASIL II

Com o objetivo de apresentar aos candidatos a presidente e governadores nas eleições de 2014 propostas atualizadas ao desenvolvimento sustentável do País, a FNE inaugurou em 16 de abril novo momento de discussões sobre o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. A iniciativa ocorreu na sede do Seesp, em São Paulo. Nesta fase, como indicou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da federação, a ideia é apontar a conjuntura atual e buscar soluções para enfrentar os entraves à expansão econômica. Ele destacou a relevância da contribuição dos engenheiros: “O ‘Cresce Brasil’ teve resultado extremamente importante. O próprio ex-ministro Luiz Dulci afirmou que motivou a montar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).” Coordenador do projeto, Fernando Palmezan avalia que é mais uma etapa com a visão de ajudar o País a superar os obstáculos ao desenvolvimento. Nesse sentido, Pinheiro explicou o que está sendo pensado agora: “A ideia é debatermos o tema em dois grandes eventos, um na região Norte e outro na Sul, e fecharmos o documento em maio do próximo ano, num seminário em São Paulo.”

Para nortear as discussões, estiveram presentes os consultores Marcos Dantas, Darc Antonio da Luz Costa, Marco Aurélio Cabral Pinto, Antonio Correa de Lacerda, Marcio Pochmann, Paulo Estevão Cruvinel, além de Bernardo Figueiredo, presidente da EPL (Empresa de Planejamento e Logística). No geral, mais do que discussões setoriais, dominaram as preleções análises de conjuntura, a urgência do planejamento e possíveis saídas. Cabral Pinto destacou que o momento é de transição “para se sair da armadilha financeira e se resgatar o desenvolvimento nacional”. Entre os desafios, ele salientou a premência de se reverem políticas fiscais e tributárias de forma conjugada, dar um salto na recuperação da indústria e fortalecer o pequeno capital de controle nacional. Apoiar estados e municípios em projetos e investimentos que atendam as demandas locais também foi elencado pelo especialista.

Já Lacerda levantou a apreensão de que, no longo prazo, haja aumento da vulnerabilidade externa. “Não estamos diante de um problema de solvência, mas preocupa o aumento do déficit de conta corrente e de serviços. O Brasil tem superávit na balança comercial, mas está cada vez mais dependente de commodities. E vive grave processo de desindustrialização.” Ele alertou também para a desnacionalização, com o deslocamento de centros de decisão da cadeia produtiva para matrizes no exterior. Outro gap seria a questão tecnológica, na sua visão. Lacerda acredita que o “Cresce Brasil” deve se debruçar sobre a superação desses impasses. Na ótica de Costa, falta um projeto nacional, que leve em conta o planejamento de longo prazo. Esse seria o caminho para conter o processo de desindustrialização, submeter a economia à política e garantir à população qualidade de vida.

Para o consultor sindical da FNE, João Guilherme Vargas Netto, a tarefa é “botar de pé a nova etapa do ‘Cresce Brasil’”, fazendo frente à tentativa dos rentistas de evitarem que se conclua a transição do modelo de financeirização da riqueza para outro, baseado no desenvolvimento produtivo. Pochmann acredita que esse ciclo está próximo de se encerrar. E apontou entre os desafios, além da crise global, enfrentar o poder das grandes empresas transnacionais. O especialista jogou luz ainda sobre as mudanças na estrutura demográfica e laboral que precisarão ser consideradas no “Cresce Brasil”. “Há um processo de envelhecimento da população, bem como de centralidade do trabalho no dia a dia das pessoas. É preciso pensar como organizar a vida dentro dessa perspectiva.”

Pontos estratégicos

Dantas, por sua vez, centrou sua fala no tema das comunicações. “Há amplo campo para se discutir em termos de políticas públicas, investimentos, oportunidades tecnológicas e industriais, particularmente para a engenharia eletrônica brasileira.” Ele detalhou: “No mundo e de alguma forma no País está se saindo do modelo analógico para o digital, de plataformas como a terrestre e a cabo para banda larga.” O debate hoje, informou, é sobre um projeto de universalização, dentro de um modelo de regulação pública. Todavia, completou, “do ponto de vista tecnológico, da maneira como está se dando, o processo está sendo comandado pelas grandes operadoras de telecomunicações”.

Sobre o agronegócio, Cruvinel enfatizou: “Estamos caminhando para uma população mundial de 8 bilhões de habitantes, tem o problema da segurança e saúde alimentar. É necessário um forte programa agroindustrial brasileiro. Cinquenta e sete por cento das empresas do segmento controlam 40% da balança comercial e continuamos vendendo commodities. Há grande espaço para agregação de valor e para a engenharia.”

Figueiredo aproveitou o ensejo para traçar panorama do transporte e logística no País e indicar a necessidade de ampliar significativamente os investimentos, com a participação da iniciativa privada. Para dar conta do problema, revelou, as ações devem ser permanentes, com inversões anuais da ordem de

R\$ 80 a R\$ 100 bilhões. E Carlos Monte, coordenador técnico da iniciativa, salientou um dos pontos que acredita ser importante para nortear o trabalho: a necessidade de integração sul-americana, sobretudo quando se direciona o olhar para a questão energética. “A maioria das fontes para projetos hídricos, sem grandes impactos ambientais, encontra-se nos países vizinhos.”

Na concepção de Vargas Netto, os eixos centrais do novo “Cresce Brasil” devem ser democracia; salários, emprego e distribuição de renda; qualificação; e projetos e engenharia. No encontro, além de dirigentes da FNE, estiveram representantes do Seesp, dos Senges Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Santa Catarina.

SINDICAL

MA

Aula inaugural na Ufma

No dia 19 de abril último, ocorreu a aula inaugural da disciplina Engenharia, sociedade e segurança do trabalho, do curso de Engenharia Elétrica e Química da Ufma (Universidade Federal do Maranhão), em parceria com o Senge-MA. Participaram os gestores da universidade e do sindicato, os professores José Quezada, chefe do Departamento de Engenharia da Eletricidade; Fátima Santos, coordenadora do curso de Engenharia Elétrica; Francimary Macêdo Martins, que leciona a disciplina; e Berilo Macedo, presidente do Senge. Na abertura, os gestores destacaram a importância da cadeira para o futuro profissional dos alunos como agentes de desenvolvimento econômico e social da região. Berilo falou sobre o histórico da disciplina desde o início da parceria, em 2008, até hoje. Depois foi composta uma mesa-redonda com dois ex-alunos da Engenharia Elétrica que abordaram o tema “Ser engenheiro”, cada um expondo suas experiências profissionais. Dalton Ribeiro Andrade, como empreendedor e sócio-proprietário da Dínamo Engenharia Ltda., e Chrysthyan Almeida, gerente de Engenharia das Centrais Elétricas do Maranhão.

AP

Categoria fará paralisação por reajuste salarial

Os engenheiros e demais servidores da área tecnológica do Estado do Amapá decidiram por unanimidade, em assembleia geral extraordinária no dia 26 de abril último, paralisar suas atividades no dia 14 de maio, a partir de zero hora, caso não seja aberta negociação entre a classe e o gestor. Isso porque, uma semana antes, na interlocução com representantes do Senge-AP, o governo apresentou proposta de reajuste linear de 7,13%. O índice não atende as reivindicações da categoria, que pleiteia reposição de 31% para atingir o piso determinado na Lei Estadual 1.298, de janeiro de 2009, referente ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Luta pelo PCCS

A discussão sobre PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) para os engenheiros que atuam na Prefeitura de Macapá teve origem há três anos, informa o presidente do Senge Amapá, Lincoln Silva Américo, que critica a demora em concluir o processo. “Não há motivo para que a gestão atual não dê celeridade à aprovação do plano, em vez de ficar protelando”, afirma. Diante do impasse, a categoria faria uma greve no dia 25 de abril. O movimento foi suspenso devido à convocação de reunião feita pelo Executivo municipal. A conversa aconteceria em 3 de maio.

TO

Tecnologia e desenvolvimento sustentável

Esse é o tema do IV simpósio que será realizado de 27 a 29 de maio, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Tocantins, em Palmas. A promoção é do Seageto, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins e a FNE. Idealizado pelo sindicato, o evento é destinado a profissionais da engenharia, estudantes, acadêmicos e outros interessados. “O objetivo é aprimorar conhecimentos dos setores tecnológicos das áreas da engenharia, arquitetura e agronomia, bem como a troca de experiências e, se possível, adotar procedimentos que já fazem parte do trabalho desses profissionais em todo o território nacional”, disse o presidente do sindicato, João Alberto Rodrigues Aragão.

GO

Fechado acordo para pagamento do piso na Celg G&T

O Senge-GO aceitou a proposta do acordo feita pela Celg G&T (Geração e Transmissão S.A.) para o reenquadramento na carreira dos engenheiros da empresa, bem como para o pagamento das diferenças salariais retroativas a 2004, conforme estabelece a Lei 4.950-A/66. Segundo o Acordo Coletivo de Trabalho, válido a partir de 1º de abril último, a Celg G&T comprometeu-se a reenquadrar os analistas técnicos com função de engenheiro em consonância com o cargo, considerando as faixas de classificação da tabela salarial para cargos de nível superior, com remuneração compatível ao piso da engenharia e seguindo as promoções por mérito anteriores ao acordo. A proposta também corrobora o pagamento da diferença salarial a cada engenheiro da empresa de 2004 até agora, cujo cálculo será feito com supervisão do sindicato. No total, os profissionais receberão 50% do valor apurado. A empresa garantiu que respeitará o piso nos próximos concursos para preenchimento de seus cargos de engenharia. O sindicato manterá negociações com a Celg para tratar de temas relevantes à categoria, como reestruturação organizacional, revisão do Plano de Carreira e Remuneração e cumprimento desse acordo.

RS

Workshop sobre energias renováveis

Com promoção do Senge-RS, foi realizado no dia 24 de abril último o workshop “Energias renováveis – Sustentabilidade e foco no futuro”, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Escola de Engenharia. A ocasião reuniu mais de 150 profissionais no auditório do sindicato e apresentou alguns dos principais pesquisadores da área para debater as fontes de geração energética viáveis à diversificação e descentralização da matriz no estado e no País. Com as fontes renováveis tendo crescente importância no cenário energético brasileiro, o sindicato assumiu o protagonismo nas discussões sobre as alternativas que melhor atenderão a sociedade e a indústria, sem comprometer o desenvolvimento sustentável. O

presidente do sindicato, José Luiz Azambuja, ao abrir o evento, destacou que a sustentabilidade está definitivamente na pauta da engenharia brasileira e mundial. Por isso, avalia, o contexto dos debates deve se dar sobre a crescente demanda energética, mas considerando sempre a sua influência sobre a qualidade de vida, que está intimamente associada ao uso de tecnologias limpas que preservam o meio ambiente.

ENTREVISTA

Em tempos de avanços contra direitos e propostas de flexibilização, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que completou 70 anos neste 1º de maio, atravessando não só a era Vargas, quando foi criada, mas também a ditadura militar e o neoliberalismo, apesar das inúmeras tentativas de reformas, deve ser festejada e preservada. Quem afirma é o advogado trabalhista José Carlos Arouca. Ele lembra que, se no aspecto sindical a sistematização incorporou o decreto de 1939, que copiava a fascista Carta del Lavoro e submetia o movimento ao Estado, no que diz respeito aos direitos individuais e coletivos, foi um avanço. Na profissão desde 1959, o ex-juiz do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região, em São Paulo (1999-2005), Arouca é ainda autor de diversas obras. A mais recente, “Organização sindical no Brasil – Passado, presente e futuro”, foi publicada em março último pela Editora LTr. Nesta entrevista ao Engenheiro, ele fala sobre a legislação trabalhista e as lutas que o movimento sindical deve abraçar.

Qual a importância da CLT?

Em primeiro lugar, é importante considerar o que de fato é a CLT. Muita gente acredita que foi uma coisa extraordinária, não foi tanto quanto se pensa. A legislação trabalhista era representada por decretos, portarias e decretos-lei. Assim, foi criada pelo então ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, uma comissão formada pelos juristas Arnaldo Lopes Süsskind, Segadas Viana, Dorval Lacerda e Luís Rego Monteiro, que ficou com a presidência. Essa foi incumbida de organizar o que havia, mas com certa liberdade para ajustar a legislação. Por que uma consolidação e não um código? Porque era o que o Getúlio Vargas queria. Tratava-se de dar ordenação lógica ao que havia.

Que legislação havia para ser organizada?

A primeira lei trabalhista brasileira foi a Lei Áurea, que determinava o trabalho livre. Na era pré-Vargas, tivemos legislação sobre mulher, menor, jornada de trabalho, acidente. A primeira

lei sindical é de 1903, embora voltada muito mais à agricultura e com cara de cooperativa. O Código Civil de 1916 já tem aviso prévio e indenização por despedida sem justa causa. Mas nada disso era cumprido. Quem mandava era a polícia, que invadia, destruía tudo, prendia e expulsava os estrangeiros. Muito importante foi a lei de 1923, chamada Elói Chaves, que iniciou a Previdência Social no Brasil. Na época apenas para os ferroviários, depois se expandiu para outras categorias. A grande importância dela é que, para manter o regime previdenciário, trouxe a estabilidade no emprego.

Tudo isso ainda antes de Getúlio Vargas.

Depois, a partir de 1930, começa a era Vargas. O Ministério do Trabalho foi criado em 1931 para tratar da questão social, mas também para controlar os sindicatos, que são transformados em órgão de colaboração totalmente subordinados. Mas começa então a legislação trabalhista: o salário mínimo, a lei dos dois terços que visava a nacionalização do trabalho, o registro em carteira. Cria o embrião da Justiça do Trabalho com as juntas de conciliação e julgamento. Há a lei que trata da convenção coletiva do trabalho, que cria a comissão mista de conciliação, um esboço do que seriam mais tarde os dissídios coletivos na Justiça do Trabalho.

A CLT foi uma cópia da italiana Carta del Lavoro, conforme apontam muitos críticos?

O que veio para a CLT foi o que estava no decreto-lei de 1939. Isso foi incorporado, com os adendos de 1940. Na parte sindical, é copiada da Carta del Lavoro. Em alguns aspectos, é tradução literal. Mas não na parte trabalhista, o que se fez antes de 1943 foi muito bom: carteira profissional, férias, que foram incorporadas à CLT e valem até hoje. No tocante aos direitos individuais, Vargas foi ótimo, por isso a CLT deve ser respeitada e prestigiada. Se acabar com a CLT, os direitos todos que foram conquistados se perdem. Não me atrevo nem a propor uma nova consolidação, devido a esse risco. Atravessamos não só a era Vargas, mas o governo do João Goulart, a ditadura, o neoliberalismo, com a CLT.

Isso apesar das várias tentativas de reformas, não?

Desde que foi promulgada, sempre houve o propósito de reformá-la. Em 1946, o João Mangabeira quis reformular toda a legislação brasileira e, como senador, fez um projeto. O Dorval de Lacerda, que havia participado da comissão de consolidação, em 1955 apresentou um projeto de Código do Trabalho. Em 1963, já no Governo João Goulart, houve a ideia de reformular todos os códigos, inclusive a CLT. Para o Direito do Trabalho, foi chamado Evaristo Moraes Filho, o maior jurista da área. O anteprojeto foi amplamente divulgado, mas arquivado com o golpe militar. Quando assume o Collor, ele começa com a modernização da legislação do trabalho, que não deu tempo de dizer o que era devido ao impeachment. Quando vem o Fernando Henrique Cardoso, cria-se uma comissão de notáveis, que se concentra na área sindical. Mas, no Ministério do Trabalho, uma força-tarefa produz contrato a prazo

determinado, contrato a tempo parcial e esse maldito banco de horas. Só não foi adiante porque não deu tempo. O projeto era a terceirização da mão de obra na atividade-fim.

Qual deve ser a grande luta do movimento sindical hoje?

A Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) é a mais importante porque dá garantia de emprego, mas o que está na pauta de discussão é a Convenção 87 (que determina a pluralidade sindical). A troca de que isso? Se for adotada, a classe operária vai para o céu? Não! Porque não temos nada que penalize as práticas antissindicais, não temos nada de organização nos locais de trabalho nem de garantia de emprego. Com isso, não há condições de fazer greve. A Justiça anulou o direito de greve com o interdito proibitório. O pior legado da ditadura militar foi o Fundo de Garantia, pelo qual se trocou a estabilidade, e não garante coisa nenhuma, é uma indenizaçõzinha.

C&T

Nos dias 25 e 26 de novembro próximo, o Rio de Janeiro será palco do Fórum Mundial da Ciência. Sob o tema central “Ciência para o desenvolvimento global”, pela primeira vez, o evento realiza-se fora da Europa. Os principais desafios dessa área estratégica no século XXI devem estar em pauta na iniciativa. Esses estão sendo debatidos em encontros preparatórios regionais desde agosto de 2012. Até abril último, foram sediados em cinco capitais: São Paulo, Belo Horizonte, Manaus, Salvador e Recife, respectivamente. Ainda estão programados outros dois, em Porto Alegre, em 13 e 14 de maio, e em Brasília, em data a ser definida.

Segundo consta do site do CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), quatro temas transversais são comuns a todos: “educação em ciência; difusão e acesso ao conhecimento e interesse social; ética na ciência; e ciência para o desenvolvimento sustentável e inclusivo”. Assim, têm sido tratadas, de acordo com Luiz Antonio Elias, secretário executivo do MCTI, questões como agregação de valor e qualificação profissional, bem como a contribuição dessa área ao desenvolvimento e à mitigação e correção de assimetrias e problemas sociais.

Por que no Brasil

A indicação do País para sediar o Fórum Mundial da Ciência neste ano se deu, como conta Elias, como resultado do trabalho feito na edição do evento em Budapeste, na Hungria, em 2009. “Discutimos antes, em vários fóruns internos, com a participação de diversas instituições e entidades, a importância da ciência e da formação de recursos humanos no País e seu papel

para áreas decisivas ao crescimento. Isso norteou a participação brasileira naquele momento.” Além disso, houve articulação com demais nações da América Latina e produção de um manifesto em que “se colocou a dimensão crucial da ciência para ampliação da capacidade interna, para interlocução com os estados, especialmente com os países mais desenvolvidos, o trabalho de transferência de tecnologia que está ocorrendo e sua importância no cenário latino-americano”. Essa declaração final tinha como eixo principal, segundo divulgado no site do CGEE, “o estabelecimento de um plano estratégico regional orientado à resolução de problemas comuns que afetam os países e à necessidade de introdução da temática da inclusão social nas políticas nacionais de C, T & I”. Como consequência, em 2011, numa nova edição, também na Hungria, lembra Elias, “houve manifestação unânime de que a próxima acontecesse no Brasil”.

Ao final do mesmo ano, conforme informação divulgada no site do CGEE, foi criada a Comissão Executiva Nacional do Fórum Mundial da Ciência 2013, formada por 12 instituições do setor – incluindo as do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de outros dois: Relações Exteriores e Educação. E ainda SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Consecti (Conselho Nacional de Secretários para Assuntos Estaduais de CT&I), Confap (Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa), ABC (Academia Brasileira de Ciências) e escritório da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Brasil.

O secretário executivo do MCTI aponta a importância de se sediar o encontro no País: “Teremos quase 200 academias de ciência do mundo inteiro reunidas, com mais de 400 especialistas. Estarão aqui vários prêmios Nobel e cientistas de renome internacional, das principais universidades públicas e privadas, discutindo o papel da ciência para o mundo. Por exemplo, sua contribuição para mitigar o processo de mudanças climáticas e avançar na melhoria das condições do planeta.” Elias destaca também a relevância de o fórum vir pautando o debate nos estados brasileiros e a mobilização junto aos vizinhos latino-americanos em torno de sua realização.

Como parte dessa articulação, está ainda prevista para ocorrer, conforme sua informação, uma conferência internacional em junho próximo, no auditório do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio de Janeiro, “para discutir ciência, tecnologia e inovação”. Promovida pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), da ONU (Organização das Nações Unidas), deve reunir “os principais ministros latino-americanos para o tema”. A proposta é abordar a importância de os países da região “saírem daquela especialização muito forte em agricultura e mineração e darem resposta ao seu crescimento de forma mais decisiva, com agregação de valor”. Ademais, o Fórum Mundial da Ciência constará da programação. “Certamente poderá se produzir um manifesto, a ser levado às academias de ciência.”

Outra agenda pensada é a promoção de um workshop paralelamente ao evento global em novembro, “para se organizar e sistematizar todas as ideias”. A partir daí, esse conjunto rico de contribuições deve culminar em documentos e publicações a serem disponibilizados inclusive online e apresentados à sociedade. Mais informações em www.cgee.org.br.